



PROCESSO TC-09989/22

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal.

ACÓRDÃO AC1-TC 00650/23

01. Origem: **Paraíba Previdência - PBPREV**

02. Beneficiário: **Lenilda Medeiros da Silva** Pensão Vitalícia

03. Servidor falecido:

3.1. Nome: José Farias de Sousa

3.2. Cargo: Engenheiro Agrônomo

3.3. Matrícula: 76.008-1

3.4. Lotação: Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca.

04. Caracterização da Pensão:

4.1. Autoridade responsável: Paraíba Previdência - PBPREV

4.2. Data da Publicação: Diário Oficial, de 25 de outubro de 2022, à fl. 12.

05. Relatório da Auditoria: O Órgão Técnico não detectou inconformidades na concessão do benefício, razão pela qual concluiu pela legalidade, recomendando o registro do ato concessório, Portaria - P- Nº 862, à fl. 11.

06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPC-PB): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório de pensão e por conceder-lhe o competente registro.

07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório e emissão do competente registro.

08. Decisão da 1ª Câmara:

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade dos cálculos e legalidade do ato de pensão, à fl. 11, em benefício de **Lenilda Medeiros da Silva**, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

João Pessoa, 30 de março de 2023.

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Relator

Fui presente,
Representante do Ministério Público junto ao TCE

Assinado 5 de Abril de 2023 às 09:03



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 4 de Abril de 2023 às 13:50



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
RELATOR

Assinado 5 de Abril de 2023 às 09:14



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO